MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

PROTOCOLO Nº: 388479/14
ORIGEM: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
INTERESSADO: GERSO FRANCISCO GUSSO, LEOCILDA TEREZINHA TOMIELLO FILUS,
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, OSMAR ADÃO FILUS,
VALDIR BERNARDINO MARTINAZZO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
PARECER: 24/21

***Ementa:** Tomada de Contas Extraordinária. Município de Três Barras do Paraná. Pela procedência parcial com aplicação de sanções, conforme opinativo da CGM. Emissão de determinação à atual gestão.*

Retornam os autos de Tomada de Contas Extraordinária, instaurada em cumprimento ao determinado no item II do Acórdão de Parecer Prévio nº 79/14-S1C¹, que apreciou regular a prestação de contas de Prefeito do Município de Três Barras do Paraná, relativa ao exercício de 2013.

Em manifestação conclusiva objeto da Instrução nº 100/21-CGM (peça 70), a unidade técnica rememora que as irregularidades objeto de apuração nestes autos referem-se à 09 contratos de prestação de serviços médicos firmados entre o Município de Três Barras e a empresa *Filus Clínica Médica Ltda ME* entre 2002 e 2013, por meio dos quais teria ocorrido a terceirização indevida de serviços médicos, a incorreta contabilização das despesas com terceirização de pessoal e a possível violação ao artigo 9º, inciso III da Lei de Licitações, tendo em vista a possibilidade do representante da empresa (Sr. Osmar Adão Filus) também ter atuado como servidor efetivo da municipalidade.

Após análise das defesas apresentadas pelo Interessados, a Coordenadoria de Gestão Municipal afirma que o Sr. Osmar Adão Filus não atuou como representante legal da empresa *Filus Clínica Médica Ltda ME* no mesmo período em que foi servidor municipal, pois o Interessado foi admitido no cargo de médico junto ao Município de Três Barras do Paraná em 23.10.2006, data em que não havia mais contrato vigente com sua empresa.

¹ *determinar a instauração de Tomada de Contas Extraordinária, nos termos do disposto no art. 236 do Regimento Interno deste Tribunal, a ser realizada pela diretoria de Protocolo, mediante extração de cópia do Parecer do Ministério Público 8676/13 (Peça 22) e deste Acórdão, para apuração dos fatos relacionados a possíveis irregularidades na contratação da empresa Filus Clínica Médica Ltda ME.*

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

Acrescenta que em 26.06.2009 foi celebrada nova avença entre a municipalidade e a *Filus Clínica Médica Ltda ME*, data em que o Sr. Osmar Adão Filus já havia se retirado da empresa.

Aponta, todavia, que o fato de ter se retirado da sociedade antes da realização de novos contratos, **não elide a ocorrência de violação ao artigo 9º, inciso III da lei nº 8.666/93**, quando **constatado que o quadro societário foi manipulado com o objetivo de burlar o impedimento legal**.

Para tanto, discorre que o exame do Contrato Social da empresa *Filus Clínica Médica Ltda ME* (peça 49 dos autos - Segunda Alteração de Contrato Social - Cláusula Segunda) revela que a retirada do Sr. Osmar Adão Filus da sociedade empresarial implicou na transferência de sua participação social à sua esposa, Sra. Leocilda Terezinha Tomielo Filus e à sua filha Ana Paula Filus, cujo parentesco restou evidenciado na informação nº 291/20 emitida pela COSIF (peça 69).

Anota que a alteração do quadro societário efetivada em 12.05.2009, ou seja, pouco mais de um mês antes da assinatura do Contrato nº 733/2009 firmado entre a empresa *Filus Clínica Médica* e o Município de Três Barras do Paraná, **evidencia a intenção do Sr. Osmar Adão Filus de escapar ao cumprimento da regra contida na lei de licitações**, manobra por meio da qual o Interessado logrou continuar a prestação de serviços à municipalidade como médico concursado, e, ao mesmo tempo, garantir a percepção de pagamentos à empresa de propriedade de sua esposa e filha.

A Instrução nº 100/21-CGM registra, ainda, não ter vislumbrado elementos caracterizadores das demais irregularidade que deram ensejo à instauração dos presentes autos.

Ao final, a unidade técnica manifesta-se pela procedência parcial da Tomada de Contas Extraordinária, com a adoção das seguintes medidas sancionatórias:

. aplicação da multa prevista no art. 87, IV, 'd' da LOTC ao então Prefeito de Três Barras de Paraná Gerson Francisco Gusso (gestão 2009/2016), por ter dado causa à

contratação da empresa *Filus Clínica Médica* em violação ao art. 9º, inc. III da Lei de Licitações e aos princípios da impessoalidade e moralidade; e

. aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão e proibição de contratar com a administração pública ao Sr. Osmar Adão Filus, nos termos do artigo 96 da LOTC, haja vista a manipulação do quadro societário a fim de que sua empresa pudesse participar dos procedimentos licitatórios instaurados pelo poder público municipal.

É o relatório.

Considerados os termos da análise conclusiva da unidade instrutiva, este Ministério Público de Contas não se opõe ao juízo de **procedência parcial** desta Tomada de Contas Extraordinária com aplicação de sanções ao Interessados Gerson Francisco Gusso e Osmar Adão Filus.

Acrescentamos, contudo, a sugestão de emissão de **DETERMINAÇÃO**, ao atual Prefeito de Três Barras do Paraná, Sr. Gerson Francisco Gusso (gestão 2021/2024), para que (I) observe os impedimentos legais na realização de eventual terceirização de atividades típicas da saúde, recorrendo a tal expediente unicamente quando demonstrada a inviabilidade da assistência a ser prestada pelo quadro próprio de servidores municipais, e (II) observe a norma expressa no art. 39 da CE/PR².

É o parecer.

Curitiba, 19 de janeiro de 2021.

Assinatura Digital

GABRIEL GUY LÉGER

Procurador do Ministério Público de Contas

² **Art. 39.** É vedada a contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos, bem como para cobrança de débitos tributários do Estado e dos Municípios. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000\)](#)